

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. A Diretoria da Vianorte S.A. declara, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de Reais – R\$)

Ativo Circulante	Nota explicativa	Nota explicativa	
		31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	5	306	1.350
Aplicações financeiras	5	–	1.789
Contas a receber	6	4.249	4.248
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	11	43	26
Despesas antecipadas	3	355	232
Impostos a recuperar	7	2.220	12.051
Outros créditos	–	–	2
Total do ativo circulante		7.173	19.698
Não circulante			
Impostos a recuperar	7	353	–
Empréstimos e financiamentos – partes relacionadas	11	171.704	137.476
Despesas antecipadas	–	546	2
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	2.188	8.106
Depósitos judiciais	12	479	589
Total do ativo realizável a longo prazo		175.270	146.173
Investimentos			
Total do ativo não circulante		175.270	146.173
Total do ativo		182.443	165.871

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de Reais – R\$)

Saldo em 31 de dezembro de 2021	Nota explicativa	Capital social		Reservas de lucros		Lucros acumulados		Total
		Subscrito	A integralizar	Reserva legal	Retenção de Lucro			
Lucro líquido do exercício	18	113.652	(6.109)	107.543	21.508	4.390	–	133.441
Destinações do prejuízo líquido:							9.253	9.253
Dividendos distribuídos	11	–	–	–	–	–	(2.313)	(2.313)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	–	6.940	(6.940)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022		113.652	(6.109)	107.543	21.508	11.330	–	140.381
Saldo em 31 de dezembro de 2022		113.652	(6.109)	107.543	21.508	11.330	–	140.381
Lucro líquido do Exercício	18	–	–	–	–	–	46.789	46.789
Destinações do lucro líquido:								
Dividendos distribuídos	–	–	–	–	–	–	(11.330)	(22.398)
Juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	(2.518)	(2.518)
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	–	33.203	(33.203)	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023		113.652	(6.109)	107.543	21.508	33.203	–	162.254

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional – A Vianorte S.A. (“Sociedade” ou “Vianorte”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Via Anhanguera km 312,2, Pista Norte. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora é “holding” é a Arteris S.A. Em conformidade com o que determina o Of.DGR. 0054/18 da ARTESP às 24 horas do dia 17 de maio de 2018 a Vianorte realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 05 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Vianorte continuará com as tratativas junto à Agência Reguladora de Agentes Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP com objetivo de verificação e aprovação das condições de devolução e assim viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Desde o dia 17 de maio de 2018 quando o contrato de concessão encerrou, a Vianorte deixou de operar as rodovias, entrando em um processo de dormência. A Arteris S.A. é constituída por um mix de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos (i) a holding não financeira espanhola Participes em Brasil I, (ii) a Brookfield Aylesbury-LLC, e (iii) a holding brasileira PDC Participações S.A. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividades de Construcción y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG.

2. Concessão – Após o encerramento do contrato de concessão, a Sociedade continua com as tratativas necessárias para viabilizar a entrega definitiva do lote rodoviário ao poder concedente. Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) Preliminar nº 03/2022: Em 20 de setembro de 2022, foi celebrado entre a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes (“Poder Concedente”) e, se em conjunto com a Concessionária, (“Partes”), com a intervenção e anuência da ARTESP, o Acordo-Preliminar conforme Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) Preliminar nº 03/2022. O Acordo-Preliminar tem como objetivo estabelecer as premissas para a celebração de um novo e subsequente TAM das Intervenções, “TAM Definitivo”, que terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos TAMs firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo as concessionárias Intervenções, Vianorte S.A., Autovias S.A. e Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., sendo que os contratos de concessão dessas três últimas já foram encerrados em 2018, 2019 e 2020, respectivamente. O Acordo previa sua operacionalização em duas etapas, quais sejam: (i) na primeira etapa, o Acordo Preliminar, que ora se celebra; e (ii) na segunda etapa será celebrado o TAM Definitivo, segundo os cálculos realizados pela ARTESP e premissas definidas no acordo preliminar. Com a assinatura do TAM Definitivo serão equacionados, permanentemente, todos os créditos recíprocos entre Poder Concedente e as concessionárias que foram elencados no Acordo. Até 31 de dezembro de 2023 não houve formalização de nenhum termo entre as partes. Sendo o acordo assinado dia 10 de janeiro de 2024, vide o evento subsequente mencionado na nota explicativa 22. A Sociedade avaliou aspectos contábeis relacionados ao TAM Preliminar nº 03/2022 e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Administração da Sociedade segue avaliando esse tema e manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas ao Acordo-Preliminar e TAM Definitivo.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2024. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos contábeis apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Estimativas: **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A Sociedade reconhece provisões para demandas judiciais cíveis, trabalhistas, fiscais, regulatórios e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 12. **Imposto diferido:** O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº8. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** Ativos não financeiros: Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está prejudicado, um novo valor do ativo é determinado. A Sociedade determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

4. Políticas Contábeis Materiais – Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023: i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação: A Sociedade adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. A Sociedade avaliou e não identificou ajustes a serem realizados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. ii) Imposto mínimo complementar global: A Sociedade adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Sociedade opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações contábeis da Sociedade. iii) Informação de políticas contábeis materiais: O Grupo também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações contábeis. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações contábeis. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 4 Políticas contábeis materiais (2022): Principais práticas contábeis em determinados casos, de acordo com as alterações. A Sociedade aplicou políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário. **4.1. Instrumentos financeiros: 4.1.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.1.2. Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: a) **Custo amortizado:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido

no resultado. b) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.2. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **Impostos correntes:** A Sociedade determinou que o imposto mínimo complementar global – que é obrigado a pagar de acordo com a legislação do Pilar Dois – é um imposto de renda no escopo do CPC 32. A Sociedade aplicou a isenção obrigatória temporária da contabilização do imposto diferido para os impactos do imposto complementar e o contabiliza como um imposto corrente quando incorrido. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflète as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Sociedade. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflète a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **Impostos a recuperar:** Os impostos a recuperar do Grupo Arteris referem-se à montantes resultantes de pagamentos antecipados, saldos negativos de exercícios anteriores ou diferenças temporárias entre os resultados contábeis e fiscais, sendo mensurados em conformidade com as leis e regulamentações tributárias específicas aplicadas ao Brasil. Mensalmente os numerários desta são acrescidos de atualizações monetárias conforme taxa Selic vigente, revisada periodicamente para refletir mudanças de circunstâncias que possam afetar o valor recuperável de cada rubrica expressa na nota explicativa nº 7. **4.3. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. **Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.4. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.5. Capital social:** O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC. **4.6. Partes relacionadas, dividendos e juros sobre capital próprio:** As transações com partes relacionadas abrangem movimentações referentes à juros sobre mútuo entre as partes, despesas administrativas e financeiras com encargos sobre debêntures privadas quando do capital de giro utilizado para fins de execução do plano de investimentos do Grupo Arteris. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que, têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis, conforme divulgado na nota explicativa nº 13. **4.7. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.8. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações contábeis. a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26): As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. As alterações se aplicam se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está avaliando o possível impacto das alterações na classificação desses passivos e nas respectivas divulgações. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos. b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26 e CPC 40): As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações contábeis a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Sociedade está avaliando o impacto das alterações, principalmente no que diz respeito à obtenção de informações adicionais necessárias para atender às novas exigências de divulgação. A Sociedade não espera que ocorra impactos significativos. c) Outras Normas Contábeis: Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Sociedade: • Passivo de arrendamento em uma venda e leaseback (alterações ao CPC 06). • Ausência de convertibilidade (alterações ao CPC 02).

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	27	39
Caixa e contas bancárias	279	1.311
Aplicações financeiras (a)	306	1.350
Total	578.300	254.971

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações financeiras	–	1.789
Fundos de investimentos (b)	–	1.789
Total	(578.300)	(254.971)

(a) Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente no exercício findo de 31 de dezembro de 2023, na média, 98,85% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (101,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. (b) As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

Demonstração do Resultado para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais – R\$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

Receita operacional líquida	Nota explicativa	Nota explicativa	
		31/12/2023	31/12/2022
Custo dos serviços prestados	14	54.292	576
Lucro (prejuízo) bruto	15	(2.326)	(1.777)
(Despesas) receitas operacionais		51.966	(1.201)
Gerais e administrativas	15	(5.503)	(3.445)
Outras receitas operacionais, líquidas	–	1	70
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(5.502)	(3.375)
Resultado financeiro		46.464	(4.576)
Receitas financeiras	16	23.387	19.081
Despesas financeiras	16	(2.143)	(514)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		23.144	18.567

		31/12/2023	31/12/2022
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		69.608	13.991
Imposto de renda e contribuição social		(16.901)	(3.522)
Correntes	8.a	(16.901)	(3.522)
Diferidos	8.a	(5.918)	(1.216)
Lucro líquido do exercício		46.789	9.253
Lucro por ação básico e diluído – R\$	18	41.3330	8.1740

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

		31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		46.789	9.253
Resultado abrangente do exercício		46.789	9.253

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de Reais – R\$)

		31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício		46.789	9.253
Resultado abrangente do exercício		46.789	9.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores em milhares de Reais – R\$)

		31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		46.789	9.253
Lucro líquido do exercício		46.789	9.253
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas			
Atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15	389	576
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	8	5.918	1.216
Juros e variações monetárias sobre mútuos	11	(22.385)	(17.

... continuação das Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Total
Custo do intangível				
Saldo em 31/12/2021	577.724	254.971	60.326	893.021
Adições	576	-	-	576
Saldo em 31/12/2022	578.300	254.971	60.326	893.597
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2021	(577.724)	(254.971)	(60.326)	(893.021)
Amortização	(576)	-	-	(576)
Saldo em 31/12/2022	(578.300)	(254.971)	(60.326)	(893.597)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2021	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2022	-	-	-	-
Taxas de amortização – a.a. (d)	100%	100%	100%	

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor foi amortizado linearmente até o final do período da concessão ocorrido em maio de 2018. (d) Os investimentos são amortizados a taxa de 100% devido a Sociedade possui Propósito Específico (SPE), o contrato de concessão ter encerrado e ser necessário realizar obras de adequações a infraestrutura exigidas pelo poder concedente para viabilizar a entrega definitiva do lote rodoviário.

10. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de R\$ 20 (R\$ 198 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a fornecedores, prestadores de serviços e consultorias. O saldo de R\$ 335 (R\$ 336 em 31 de dezembro de 2022) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços.

11. Transações com Partes Relacionadas – As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a despesas administrativa, mútuos e debêntures privadas para capital de giro. Os saldos e transações em 31 de dezembro de 2023 e 2022 com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	26	26
Centrovias S.A. (a)	17	-
Total parte relacionada no ativo circulante	43	26
Ativo não circulante		
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. – controladora (b)	148.706	137.476
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. (c)	22.998	-
Total do ativo não circulante	171.704	137.476
Passivo circulante		
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (a)	7	-
Centrovias S.A. (a)	452	379
Intervias S.A. (a)	351	346
ViaPaulista S.A. (a)	111	-
Passivos com partes relacionadas circulante	921	725
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. – controladora (d)	-	17.067
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	-	17.067
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (d)	11.068	2.403
Total dos dividendos a pagar	11.068	2.403
Total do passivo circulante	11.989	20.195

	31/12/2023		31/12/2022	
	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (b)	Despesas gerais (a)	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (b)	Despesas gerais (a)
Contas de Resultado:				
Controladora				
Arteris S.A.	22.385	-	17.489	-
Outras partes relacionadas				
Centrovias S.A.	-	(56)	-	(130)
Intervias S.A.	-	(5)	-	(108)
ViaPaulista S.A.	-	(111)	-	-
Total	22.385	(172)	17.489	(238)

(a) Referem-se a raios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris S.A. controladora da Sociedade, adota um critério de raios de custos da holding, com base na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. (b) Contrato de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido de 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal para dezembro de 2028, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros
02/05/2013	31/12/2028	CDI + 1,7% a.a.	100.000	48.706
			100.000	37.476
			100.000	48.706

(c) Refere-se ao instrumento particular de escritura da 1ª emissão de Debêntures Privadas com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da Vianorte S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,20% ao ano com vencimentos de juros e principal, conforme demonstrados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros
15/03/2023	31/12/2028	100% CDI	21.000	1.998
			21.000	1.998
			21.000	1.998

Esses valores correspondem às Debêntures Privadas emitidas pela Companhia junto ao seu controlador, a Arteris S.A. Existe a possibilidade de adiamento do contrato e potencial extensão de prazo. Caso as partes entendam esta necessidade, isso ocorrerá antes de dezembro de 2028. (d) Saldo a pagar de juros sobre capital próprio e distribuição de dividendos constituído em exercícios anteriores. No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, a Sociedade recebeu, a título de juros sobre empréstimo de mútuo com a Arteris S.A., o montante de recebidos em moeda corrente nacional. Devido ao período de dormência que a Sociedade se encontra, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade não reconheceu remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas a Diretoria para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no mercado. **12. Provisões** – a) **Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios:** A movimentação dos saldos dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os exercícios findos de 31 de dezembro de 2023 e 2022 é conforme segue:

	31/12/2022	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2023
Cíveis	1.047	1.508	(556)	(865)	35	1.169
Trabalhistas	832	860	(702)	(1.707)	12	235
Regulatório	2.314	4.969	(939)	(1.180)	57	4.947
Total	4.193	7.063	(2.197)	(2.752)	104	6.411

	30/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	301	1.730	(439)	(551)	6	1.047
Trabalhistas	800	363	(127)	(221)	17	832
Regulatório	2.202	1.280	(229)	(1.401)	462	2.314
Total	3.303	3.373	(795)	(2.173)	485	4.193

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras da Sociedade. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ARTESP. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2023 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R\$94.947 (R\$ 2.314 em 31 de dezembro de 2022). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis

	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.966	2.326
Trabalhistas	656	26
Regulatório	2.970	2.940
Total	24.425	5.292

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de domínio, objetos e animais na pista etc. Os depósitos judiciais no montante de R\$ 479 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 589 em 31 de dezembro de 2022), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$ 245 (R\$ 251 em 31 de dezembro de 2022) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

13. Patrimônio Líquido – a) Capital social: O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$113.852, composto por 1.132.038 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$ 107.543, que representa 1.071.134 ações. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral; b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos: **Reserva legal e retenção de lucros:** O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado o artigo 198 da Lei nº 6.404/76. **Distribuição de dividendos:** O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade realizou o pagamento de R\$ 11.068, referente aos dividendos adicionais propostos do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pagos a Arteris S.A.. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas demonstrações contábeis. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade distribuiu dividendos antecipados sob a forma de juros sobre o capital próprio, o qual incide imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, conforme segue:

Aprovação	Período	Pagamento	Valor Bruto	Valor IR (15%)	Valor Líquido
AGE	1º Trimestre	05/04/2023	2.518	378	2.140
			2.518	378	2.140

14. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado dos exercícios é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de serviços de construção	389	576
Outras receitas (*)	56.030	-
	56.419	576
Receita bruta	56.419	576
ISSQN	-	-
PIS	(379)	-
COFINS	(1.748)	-
Receita líquida	54.292	576

(*) Refere-se a reconhecimento de receita acessória de uso de faixa de domínio no período de operação da Sociedade, qual ocorreu acordo judicial entre as partes e liquidação dos valores em questão.

15. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2023	31/12/2022
Custos:		
Seguros/Garantias	(674)	(625)
Ônus variável	(874)	-
Custos de serviços de construção	(389)	(576)
Depreciação/Amortização	(389)	(576)
Total	(2.326)	(1.777)
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas:		
Com pessoal	(177)	(237)
Serviços de terceiros	(290)	(414)
Provisão/reversão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(4.866)	(2.578)
Indenizações à terceiros	(40)	(40)
Publicações legais	(52)	(50)
Outros	(78)	(126)
Total	(5.503)	(3.445)

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Juros ativos	22.385	17.489
Aplicações financeiras	455	144
Créditos fiscais	546	1.438
Outras receitas	1	10
Total	23.387	19.081
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Atualização monetária de contingências	(85)	(473)
Outras despesas	(158)	(41)
Total	(243)	(514)

16. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:		
Juros ativos	22.385	17.489
Aplicações financeiras	455	144
Créditos fiscais	546	1.438
Outras receitas	1	10
Total	23.387	19.081
	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras:		
Atualização monetária de contingências	(85)	(473)
Outras despesas	(158)	(41)
Total	(243)	(514)

17. Demonstração dos Fluxos de Caixa – a) Caixa e Equivalente de Caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. b) Informações suplementares:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições de intangível (*)	389	576
	389	576
Aquisição (adições)	(389)	(576)
Fornecedores	(67)	(205)
Obrigações fiscais	(1)	(20)
Cauções contratuais	(1)	(188)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	(458)	(989)
Fluxo de caixa intangível	(458)	(989)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	(458)	(989)
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(69)	(413)

Diretoria		Contador	
Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira	Helvécio Tamm de Lima Filho	Flávia Lúcia Mattioli Tamega	Alexandre Pscheidt
Diretor-Presidente	Diretor	Diretora	CRC nº 15C 026.791/O-5 T SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da

Vianorte S.A.

Ribeirão Preto-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Vianorte S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vianorte S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Enfase – Encerramento das operações: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis, que indica que a Vianorte S.A. deteve a concessão para exploração de suas atividades por aproximadamente 20 anos, cujas operações tiveram continuidade até 17 de maio de 2018. Essa situação indica que essa entidade entrou em um processo de dormência em função do referido assunto referente ao encerramento da concessão. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção rele-

Outras transações que não envolveram caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Dividendos propostos e não pagos	11.068	2.403
(*) Vide nota explicativa nº 9.		

18. Lucro por Ação – O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão de lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade



MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: LVX6L-CVTSZ-Q8YHV-PBNB5

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) - FAROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA (CNPJ 71.661.599/0001-52) em 28/02/2024 07:44 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/LVX6L-CVTSZ-Q8YHV-PBNB5>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate>